

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: O OUTRO LADO DA “MODERNIZAÇÃO” PRODUTIVA

Os processos socioeconômicos associados à globalização, à reestruturação produtiva, à implementação de políticas neoliberais, agravadas com as sucessivas crises que vêm marcando a dinâmica recente de acumulação global de capital, a exemplo da crise desencadeada a partir dos países centrais em 2008, resultam e alimentam uma importante alteração na correlação de forças global entre os agentes empresariais e governamentais do capitalismo e do liberalismo e seus críticos - práticos e teóricos. Sobretudo, têm trazido, como consequência socialmente mais contundente, uma franca deterioração das condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras em escala global.

As dinâmicas que vêm prevalecendo nas últimas décadas, muitas vezes apoiadas no discurso da “modernização” dos sistemas produtivos e da organização do trabalho e na busca de eficiência produtiva, com elevação da produtividade e da competitividade, pautam-se na desregulamentação da ação do capital, apontam para o desmonte dos sistemas de proteção social, para a precarização das relações de trabalho, para o aprofundamento das desigualdades sociais, para a agressão crescente ao meio ambiente. Instaura-se, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste, o que Harvey (1992) denominou de “acumulação por espoliação”.

Chama a atenção, como um elemento demarcador das tendências presentes e futuras, o fato de que as economias emergentes, cujo emblema são os BRICS, resguardada toda ordem de diferenças econômicas, sociais, políticas e culturais entre elas, têm em comum a adoção de padrões rebaixados de remuneração e proteção da força de trabalho. Mesmo em situações, como a do Brasil, nas quais se observa nos últimos 12 anos, uma recuperação dos indicadores de emprego e sociais, o padrão de relações de trabalho continua estruturalmente demarcado em termos precários. A precariedade se reproduz, como padrão, mesmo sem que ocorra propriamente, na média, a deterioração das condições de trabalho e sociais.

O presente dossiê apresenta cinco estudos que, em conjunto, sem pretensões de fornecer um quadro exaustivo dessa problemática no Brasil, indicam e analisam dimensões relevantes e atuais desse processo, apontando possíveis tendências.

O primeiro, de autoria de Cristiano Vinicius Ferreira, Liana Carleial e Lafaiete Neves, intitulado TERCEIRIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES SOBRE OS SETORES ELÉTRICO E AUTOMOTIVO BRASILEIROS, detém-se sobre um dos mais evidenciados componentes da reestruturação produtiva e da busca por produtividade e competitividade pelas empresas, a terceirização da força de trabalho nos setores elétrico e automotivo, um fenômeno crescente neste e em outros setores do sistema produtivo brasileiro. O estudo observa que a disseminação da terceirização nos setores analisados, ao mesmo tempo em que resultou no aumento dos níveis de lucro, por outro lado pode ser claramente associada à deterioração das condições de trabalho.

O segundo artigo, assinado por Ana Paula Fregnani Colombi, José Dari Krein e Taíse Cristina Gehm, sob o título TRABALHO BANCÁRIO: O PARADOXO ENTRE O AVANÇO NA BARGANHA COLETIVA E A CRESCENTE INSEGURANÇA, desenvolve uma análise sobre a categoria bancária. Trata-se de um segmento que, nas últimas décadas no Brasil, adquiriu grande capacidade de organização sindical e de negociação coletiva, mas que sofreu duras consequências com a reestruturação produtiva desencadeada principalmente nos anos 1990. O estudo se concentra nos anos 2000 e nos trabalhadores do Banco do Brasil e observa que, mesmo retomando as mobilizações e conquistas coletivas, as tendências impostas mundialmente com o processo de financeirização do capitalismo têm mantido os trabalhadores sob pressão, reforçando velhos e causando novos problemas nas condições de trabalho, especialmente relacionados com a remuneração variável, um maior controle do trabalho e a exigência pelo cumprimento de metas.

O texto seguinte, O NOVO MODELO DE MODERNIZAÇÃO DO CAI CANAVIEIRO PAULISTA: A VELHA COMBINAÇÃO ENTRE O ARCAICO E O MODERNO, de Leonardo Ferreira Reis e Francisco Alves, procura mostrar que, a partir de 2003, encontra-se em curso no Complexo Agroindustrial Canavieiro no Estado de São Paulo um novo modelo de mecanização das atividades agrícolas. Sob tal modelo, sem que haja a completa substituição de trabalho vivo por trabalho morto, a produção de cana-de-açúcar passará a ocorrer por meio da combinação de operações manuais e mecanizadas, resultando na intensificação do trabalho.

Na sequência, o artigo TEMPOS DE TRABALHO E OUTROS TEMPOS SOCIAIS NO BRASIL, de André Gambier Campos, como resultado de estudo realizado, no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), abordou sobre a relação entre tempo de trabalho e os tempos relacionados com a conservação do domicílio, as atividades de estudo, os cultos religiosos e as práticas esportivas. Na percepção dos entrevistados constatou-se que, em razão das novas dinâmicas produtivas (com a extensão do tempo de trabalho e a indistinção entre tempo de trabalho e tempo livre), o tempo de trabalho remunerado está afetando (de modo significativo, crescente e negativo) o tempo livre disponível. Com isso, gera-se cansaço, estresse e desmotivação, além de prejudicar as relações familiares, as relações de amizade, outras atividades importantes para o desenvolvimento pessoal e bem estar, comprometendo a qualidade de vida. Contudo, parece prevalecer uma atitude de “conformação” com a situação.

Por fim, em **A NOÇÃO DE TRABALHO DECENTE E A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)**, de Guilherme Caldas de Souza Campos, discute-se como têm evoluído, durante os anos do governo Lula, os indicadores de trabalho decente no Brasil. Considerando que o trabalho decente é composto de elementos como oportunidade de emprego, seguridade social e diálogo social, por meio da análise de indicadores selecionados, constatou-se que houve no referido período uma ampliação do trabalho decente no país, com o crescimento do emprego e da formalidade e maior diálogo social. Entretanto, importante parcela da população trabalhadora permanece com ocupações precárias.